

**ACTANº 5**

**[REUNIÃO DE 14 DE Outubro DE 2008]**

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2008, pelas 17:25 horas, o Conselho Superior da Magistratura Judicial [CSMJ], na ausência do seu Presidente, Dr. Cláudio de Jesus Ximenes, por motivos de doença, reuniu-se na sala de Conferências anexa ao Tribunal de Recurso, presidida pelo seu Vice-Presidente, Dr. Dionísio Babo, representante do Governo .

Para além do Vice-Presidente, Dr. Dionísio Babo, do Dr. Antoino Gonçalves em substituição do Juiz Secretário, estiveram presentes os seguintes membros:

- Dr. Guilhermino da Silva, representante dos Juízes;
- Dr. Napoleão Soares da Silva, representante do Parlamento;
- Dr. Nelson de Carvalho, representante do Senhor Presidente da República;

A ordem de trabalhos foi constituída pelos seguintes pontos:

- 1- Informação
- 2- Nomeação do Juiz João Carlos Crespo Felgar
- 3- Diversos

**1- Informação**

Aberta a sessão, o **Vice-Presidente do CSMJ, Dr. Dionísio Babo**, começou por informar aos membros do Conselho, da situação do **Presidente do CSMJ, Dr. Cláudio de Jesus Ximenes**, que se encontra neste momento em Portugal para tratamento de saúde e descanso durante 4 meses, por motivos de doença, da necessidade de acelerar o processo de substituição do Dr. Anildo Martins que deixou de exercer as funções de Juiz Inspector no dia 16 de Julho de 2008. Mais referiu que até à chegada do Novo Inspector e Secretário Judicial, o Dr. Antonino Gonçalves exercerá provisoriamente tais funções, além de referir resumidamente sobre os outros pontos da ordem de trabalho a serem discutidos. E por outro lado, esclareceu que no que toca ao substituto do Dr. Anildo Martins, já foram entrevistados 3 (três) juizes candidatos, ou seja, 2 portugueses e 1 moçambicano, e que em primeiro lugar será dada oportunidade à Juíza Margarida proveniente de Portugal por a mesma ter demonstrado disponibilidade para trabalhar nos tribunais de Timor-Leste. E em contrapartida, realçou que é importante a contratação de Juizes internacionais mas sempre norteado no princípio de virem ajudar e apoiar os juizes timorenses rumo à emancipação e eliminação gradual de dependências funcionais.

**2- Nomeação do Juiz João Carlos Crespo Felgar**

No caso em concreto, o **Vice-Presidente** referiu que é conveniente o CSMJ decidir, desde já, sobre a nomeação do Juiz **João Carlos Crespo Felgar** para exercer funções de juiz nos tribunais distritais, **ao que os membros presentes concordaram por unanimidade (conforme consta na resolução, cuja cópia vai em anexo I)**. Neste contexto, também foi endereçado um pedido à Direcção do JORNAL DA REPÚBLICA para se proceder à publicação da sua nomeação.

**3- Diversos**

Sobre a questão de nomeação do Juiz José Barroso Filho decidida na reunião de 4 de Abril de 2008, todos os membros do CSML presentes chegaram a conclusão que até à data não há notícias concretas sobre a sua vinda, pelo que é melhor avançar para a selecção de outros candidatos para o efeito.

O **Dr. Guilhermino**, fez referência ao n.º 6 do art. 16 da Lei N.º 11/2004 de 29 de Dezembro sobre a Alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei N.º 8/2002 de 20 de Setembro), que diz "É atribuída uma senha de presença aos membros do Conselho pela sua participação nas reuniões, cujo montante será fixado por despacho conjunto do Ministro do Plan e das Finanças e do Ministro da justiça". Nesete contexto, o mesmo sugeriu que o CSMJ escrevesse aos referidos ministros para decidirem e fixarem uma quantia certa para os membros do CSMJ, por ser das suas respectivas competências, **ao que os membros presentes concordaram por unanimidade**.

Enquanto isso, o **Dr. Nelson** ao tomar a palavra afirmou que de

acordo com o Jornal Timor Post alguns membros do Parlamento Nacional estão preocupados com o juiz que tem em seu posse projectos (**cópia do extracto em anexo II**).

Neste sentido, o **Vice-Presidente do CSMJ** referiu que é preciso recolher mais dados para o CSMJ pronunciar adequadamente sobre o caso em questão.

**Por sua vez, o Dr. Nelson** afirmou que é necessário convocar os membros do Parlamento, Vital dos Santos e Virgínia Belo para um encontro com CSMJ no sentido de esclarecerem o assunto. E frisou que o resultado desse encontro será apresentado ao **Presidente, do CSMJ, Dr. Cláudio de Jesus Ximenes** quando este regressar de Portugal. E para a realização do referido encontro o **Dr. Nelson** pediu ao **Dr. Napoleão**, este na qualidade de representante do PN, a fim de recolher informações detalhadas sobre o assunto e ao mesmo tempo solicitar a vinda dos referidos 2 deputados para um encontro com o CSMJ na próxima semana. **Para o efeito, também sugeriu ao Vice-Presidente do CSMJ** no sentido de mandar um convite aos mencionados membros do PN. Neste contexto, **os membros presentes concordaram por unanimidade em marcar novo encontro na próxima semana com os referidos membros do Parlamento a fim de estes esclarecerem o caso ao CSMJ, para evitar especulações desnecessárias.**

O **Dr. Guilhermino** salientou que é necessário esclarecer e estabelecer bem as diferenças sobre a questão de acumulação de funções para não criar confusões no seio do povo. E ainda neste sentido, o **Dr. Nelson** afirmou que é importante saber se na verdade o Administrador judicial tem ou não competência para se intrometer em questões de projectos.

Ao retomar a palavra, o **Dr. Dionísio** salientou que tendo em conta a complexidade do assunto há que recolher mais dados e aguardar até o regresso do **Presidente do CSMJ, Dr. Cláudio de Jesus Ximenes**, para o CSMJ pronunciar sobre o caso, **ao que os membros presentes concordaram por unanimidade.**

Por outro lado, o **Dr. Napoleão** referiu que um juiz só deve concentrar as suas atenções para julgar e não pode fazer outras coisas. E, quanto ao assunto em questão, acrescentou que é melhor esperar pela recolha de mais dados e se no fim apurar algo de anormal então deve-se endireitar o que estiver torto ou corrigir o que estiver errado.

O **Dr. Guilhermino** fez alusão às remunerações dos juizes nacionais que ainda continuam a vencer como juizes estagiários embora já passaram à situação de efectivos, desde o dia 21 de Junho de 2007. E acrescentou que se o Governo não tomar medidas sérias para solucionar o caso pode provocar situações desagradáveis como greves ou outras.

Neste contexto, ou seja, quanto vencimentos dos juizes, o **Dr. Dionísio** afirmou que já falou com o Governo e este esclareceu que está a ser elaborado um **pacote de orçamento** para Juizes, Magistrados do Ministério Público e Defensores Públicos e que depois tudo será regulado através de um Decreto-Lei. Mais disse que antes disso, o Governo irá preparar um subsídio especial a ser pago dentro dos próximos meses. E referiu ainda que pelo que sabe, já tem um ante-projecto que está em discussão no Governo e que é conveniente aguardar pelas

informações do Secretário de Estado do Conselho de Ministros. Além disso, o Governo também está a preocupar-se com a situação de outros profissionais de carreira. Também dentro deste contexto, o **Dr. Napoleão** afirmou que já abordou a questão dos vencimentos dos juizes com os membros do Parlamento Nacional.

Por sua vez, o **Dr. Nelson** lamentou a posição de alguns juizes ao decidirem intervir directamente junto do Governo, dizendo que **o Ministério Público não pode ganhar o mesmo que um Juiz**, questão essa que **os membros presentes concordaram por unanimidade**.

E por último ficou decidido **por unanimidade** que a próxima sessão será no dia 23 de Outubro de 2008, pelas 17:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, deram-se por findos os trabalhos da sessão, pelas 18:35 horas.

Para constar lavrei esta acta, na qualidade de Juiz destacado no CSMJ, que depois de lida e aprovada vai devidamente assinada.

- **Vice-Presidente, Dr. Dionísio Babo Soares,** \_\_\_\_\_

- Dr. Guilhermino da Silva, \_\_\_\_\_

- Dr. Napoleão Soares da Silva, \_\_\_\_\_

- Dr. Nelson de Carvalho, \_\_\_\_\_

- O Juiz Secretário, em substituição \_\_\_\_\_

(Elaborado em computador e revisto pelos signatários)

Dili, 22 de Outubro de 2008

### A cta de Reunião Extraordinaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial

Data e Hora : 13 de Novembro de 2008 pelas 16: 30 horas

Local : Edificio do Tribunal de Recurso, em Dili

Conselheiros presentes: Dr. Dionisio Babo Soares, Vice-Presidente, Napoleão Soares da Silva, Guilhermino da Silva, Nelson de Carvalho, Cirilo Cristovão.

Oficial de Justiça : Guido Guterres Abel

#### Ordem de Trabalho:

Pontos :

1. Colocação de Juizes
2. Renovação/Avaliação dos Contractos dos Juizes Internacionais.

3- Diversos.

Aberta a sessão, Dr. Dionisio Babo Soares, o Vice-Presidente, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Interino mencionou que a colocação sobre o Juiz Internacional Dr. João Felgar no Tribunal Distrital de Baucau, questionando que a Directiva 07/2008, contrária a decisão do C.S.M.J. tomada no dia 14 do mês de Agosto 2008.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial, avaliou e decidiu que a Directiva 07/2008/ é nulo porque signatário é incompetente para emitir a referida directiva.

Sessão II: De seguida os Conselheiros apreciaram dos contractos dos Juizes Internacionais.

- Em relação Juizes Internacionais Dr. Cláudio Ximenes, José Luis de Goia e Oficial de Justiça Silvia Pinto os Conselheiros decidiram renovar os contractos para desempenhar as funções do Tribunal de Recurso de Timor Leste, com o Vencimento da UNDP.

- Não renovar o contracto do Juiz Dr. Ivo N.C. Rosa, depois do dia 31 de Dezembro de 2008.

- Compete ao Presidente do Tribunal de Recurso preparar as condições necessárias para recrutamento de um novo Juiz para substituir o Dr. Ivo N.C.Rosa.

Para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida, é assinada por todos os Conselheiros participantes.

Os Conselheiros:

1. Vice-Presidente Dr. Dionisio Babo Soares \_\_\_\_\_

2. Dr. Guilhermino da Silva \_\_\_\_\_

3. Dr. Napoleão Soares da Silva \_\_\_\_\_

4. Dr. Nelson de Carvalho \_\_\_\_\_

Oficial de Justiça : Guido Guterres Abel \_\_\_\_\_

### ACTA DE REUNIÃO

Data e Hora : 20 de Novembro de 2008 pelas 16.00 horas

Local : Edificio do Tribunal de Recurso, em Dili.

Presentes : Os Conselheiros Dionisio Babo Soares, Vice-Presidente, Napoleão Soares da Silva, Guilhermino da Silva, Nelson de Carvalho.

Oficial de Justiça : Guido Guterres Abel

Ordem de Trabalho:

Pontos:

- Aprovação de Documentos Oficial
- Resposta ao pedido de S.E. Presidente da República
- Diversos.

Aberta a Sessão : o Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, expôs o objecto a reunião e a seguir o Conselho passou apreciar as materias da ordem do dia.

- A Directiva 8/2008, remetida e assinada pelo Presidente do Tribunal de Recurso Dr. Cláudio Ximenes, indica como substituto, na sua ausência, e impedimentos os Senhores Juízes, timorenses, Maria Natercia Gusmão Pereira, Jacinta Correia da Costa, Antonino Gonçalves, por ordem decrescente de referência, sendo apoiados pelos Juízes não nacionais colocado no Tribunal de Recurso.

Até a entrada em vigor desta Directiva ou seja, no dia seguinte à sua publicação no Jornal da República, o Presidente substituto será o Juíz Ivo N. C. Rosa, e, na sua ausência O Juíz José Luis Goia.

- Autorizaram o Juíz Duarte Tilman a deslocar-se ao estrangeiro ( Malang, Indonesia) a fim de tratar de um assunto familias, no período de 26 de Novembro a 1 de Dezembro do corrente ano.
- Ao pedido de S.E. Presidente da República, sobre a possibilidade de reajustamento da Estrutura do Tribunal de Recurso, os Senhores Conselheiros presentes, caso se o Dr. Cláudio Ximenes decidir não regressar por razão de saúde.
- De seguida, deliberaram e decidiram indicar os nomes somente na reunião que se realizará amanhã, Sexta-Feira pelas 16.00 horas na sala ao Gabinete de S.E. Presidente da República.

Para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos presentes, e por mim.

1. Vice-Presidente Dr. Dionisio Babo Soares \_\_\_\_\_
2. Dr. Guilhermino da Silva \_\_\_\_\_
3. Dr. Napoleão Soares da Silva \_\_\_\_\_
4. Dr. Nelson de Carvalho \_\_\_\_\_
5. Oficial de Justiça : Guido Guterres Abel